

DOCUMENTO DEL BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

BRASIL

**PROGRAMA DE GESTIÓN FISCAL DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO
(PROFISCO)**

(BR-L1239)

PERFIL DE PROYECTO

Este documento fue preparado por el equipo compuesto por: Patricia Bakaj, Jefe de Equipo (FMM/CBR); Marcio Cracel (IFD/FMM); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Fernando Glasman (CSC/CBR); Claudete Camarano (IFD/ICS); Eugenio Lira (Consultor); Daniela do Nascimento (FMM/CBR); Cristiane Vasconcelos (IFD/FMM); y Cecilia Bernedo (IFD/FMM).

De conformidad con la Política de Acceso a Información, el presente documento está sujeto a divulgación pública.

PERFIL DE PROJETO (PP)

BRASIL

PROFISCO - RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PROFAZ/RJ) (BR- L1239)

EMPRÉSTIMO INDIVIDUAL DA LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Titulo do Projeto:	Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ/RJ	
Número de Projeto:	BR-L1239	
Equipe de Projeto:	Patricia Bakaj, Chefe de Equipe (FMM/CBR); Marcio Cracel (ICF/FMM); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Fernando Glasman (CSC/CBR); Claudete Camarano (ICF/ICS); Eugenio Lira (Consultor); Daniela do Nascimento (CBR/FMM); Cristiane Vasconcelos (ICF/FMM); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).	
Mutuário	Estado do Rio de Janeiro	
Organismo executor:	Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ/RJ)	
Plano de financiamento:	BID: (CO)	US\$ 19,8 milhões
	Local	<u>US\$ 2,5 milhões</u>
	Total	US\$ 22,3 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	Nenhuma
	Categoria Ambiental Social:	“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL

- 2.1 A presente operação faz parte da linha de crédito condicional PROFISCO (BR-X1005), aprovada pelo Diretório do Banco em 5 de novembro de 2008, por meio da Resolução DE-132/08.

A. Aspectos Sócio-Econômicos

- 2.2 O Estado do Rio de Janeiro é uma das 27 unidades federativas do Brasil, está localizado na Região Sudeste do País e ocupa uma área de 43.767 km², com uma população de aproximadamente 14,3 milhões de habitantes, da qual 96% localizada na área urbana e 4% na área rural. No período de 2004 a 2006, o Estado apresentou crescimento médio do PIB de 13,63% a.a, superior à média nacional (11,73%) e à média da região Sudeste (12,40%). A economia do Estado está baseada nas áreas de Comércio (58,1%), Indústria (25,3%), Serviços (16,1%), e Agropecuária (0,5%).

B. A Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro: avanços e tarefas pendentes

- 2.3 Com respeito aos principais indicadores que medem a eficácia de uma administração tributária, os resultados apresentados pela SEFAZ/RJ foram os seguintes: (i) a relação

entre a Receita do ICMS arrecadado e o PIB estadual foi de 5,4% (2006¹); (ii) a receita tributária própria foi de R\$22,9 bilhões (2008) para uma receita total de R\$42,5 bilhões; (iii) a participação relativa do Estado no produto da arrecadação nacional do ICMS alcançou 8,1% (2008); (iv) relação da receita administrada pela Secretaria de Fazenda e o total da receita corrente atingiu 53,9% (2008).

- 2.4 Na parte relativa aos compromissos fiscais assumidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2008, o Estado apresentou os seguintes resultados:

Quadro 2.1: Desempenho Fiscal

Especificação	Realizado 2007 R\$ milhões	Realizado 2008 R\$ milhões	Variação	
			Valor	%
I. Receita Não Financeira	34.472	40.753	6.281	18,2
II. Despesa Não Financeira	30.980	35.830	4.850	15,6
III. Resultado Primário (I-II)	3.492	4.923	1.431	41,0
IV. Juros Nominais	2.373	2.514	141	5,9
V. Investimentos	1.348	1.754	406	30,1
VI. Receita Corrente Líquida	26.850	31.831	4.981	18,6
VII. Gasto de Pessoal	7.025	7.609	584	8,3
VIII. Pessoal / RCL	25,2%	23,9%	-	-
IX. Dívida Consolidada	46.575	51.042	4.467	9,6
X.- Dívida / RCL	173,5%	160,3%	-	-

Fonte: Relatórios de Gestão e da Execução Orçamentária. Secretaria do Tesouro Nacional

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp

- 2.5 Ressalta-se o crescimento expressivo do resultado primário no ano de 2008, de 55,8% sobre o resultado obtido em 2007, que representou 211,11% a mais do que o previsto para aquele ano.
- 2.6 **Avanços alcançados:** Nos últimos 2 anos, o Estado do Rio de Janeiro vem desenvolvendo uma série de esforços visando à modernização da gestão fiscal, dos quais se destacam:
- 2.7 **Administração Tributária e Contencioso Fiscal:** (i) *força de trabalho da administração fazendária* – realização de 3 concursos públicos (os primeiros em 18 anos) para fiscais de rendas; (ii) *sistemas de informática* - implantação do regime simplificado de tributação para empresas de pequeno porte (Simples Nacional), implantação da Nota Fiscal Eletrônica, desenvolvimento do sistema público de escrituração digital (SPED), e implantação do sistema de controle de recursos do Conselho de Contribuintes; (iii) *Incentivos fiscais* – início de estudos para avaliar os impactos decorrentes da concessão de incentivos fiscais (ex: impactos da redução da alíquota do ICMS para o setor atacadista-RIOLOG; avaliação ex-post do programa RIOLOG; relação custo-benefício dos incentivos) e implantação do Documento Único de Benefícios - DUB; e (iv) *Cartão de crédito* – cruzamento de informações das administradoras de cartão de crédito com a base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB).

¹ 2006 - último levantamento do PIB disponível

- 2.8 **Administração Financeira, Patrimônio e Controle Interno:** (i) *Qualidade do Gasto* – realização de programa de demissão incentivada na administração indireta e de auditoria na folha de pagamento, que proporcionaram redução da despesa com pessoal da ordem de R\$50 milhões (cerca de 0,4% em relação ao gasto com pessoal); implantação de projeto de reestruturação da previdência do Estado; (ii) *Ajuste Fiscal* - cumprimento das metas de 2007 e revisão do Programa de Ajuste Fiscal (PAF) com o Tesouro Nacional para o triênio 2008-2010, ampliando em R\$1,5 bilhão do espaço fiscal para contratação de novas operações de crédito; (iii) *Gestão Financeira* – implantação de programa visando à redução do passivo de exercícios anteriores (restos a pagar); e (iv) *Transparência* – disponibilização da programação de pagamentos a fornecedores no portal da SEFAZ.
- 2.9 **Organização e Gestão Estratégica:** (i) *Planejamento Estratégico* – elaboração do plano estratégico estadual (2007-2011); e (ii) *Estrutura Organizacional* – revisão da estrutura do Poder Executivo com redução de 30 para 19 secretarias e revisão da estrutura da SEFAZ com redimensionamento e reforma de unidades descentralizadas de atendimento ao público.
- 2.10 Apesar dos avanços alcançados, verifica-se, ainda, a necessidade de apoio em áreas específicas, em decorrência dos seguintes motivos: (i) perda de eficiência e desarticulação no planejamento, na tomada de decisão e na implementação das ações pelas diversas áreas da SEFAZ; (ii) baixo aproveitamento do potencial de arrecadação do Estado – a arrecadação atual é de cerca de R\$20,6 bilhões, que representa aproximadamente 7,5% do PIB do Estado; (iii) deficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; no controle interno e na transparência; e (iv) atendimento insatisfatório das demandas internas e externas dirigidas à SEFAZ.

C. **Objetivo e resultados esperados**

- 2.11 O objetivo geral do Projeto é apoiar o fortalecimento da gestão fiscal do Estado do Rio de Janeiro, visando: (i) melhorar os instrumentos de planejamento e tomada de decisão; (ii) incrementar a receita própria; (iii) aumentar a efetividade e a qualidade do gasto público; e (iv) prover melhores serviços aos cidadãos. O Projeto financiará ações estruturadas em 4 (quatro) componentes, conforme a seguir:
- 2.12 **Componente I – Gestão Estratégica Integrada**, contemplando: (i) a implantação de modelo de planejamento organizacional; (ii) o redesenho dos principais processos organizacionais; (iii) a implantação do modelo de projeções econômico-fiscais; e (iv) a implantação do programa de cooperação interinstitucional nacional e internacional.
- 2.13 **Componente II – Administração Tributária e Contencioso Fiscal**, contemplando o aperfeiçoamento dos modelos de: (i) gestão do cadastro de contribuintes; (ii) gestão das informações econômico-fiscais; (iii) planejamento, execução e controle de fiscalização de empresas; (iv) controle da emissão do cupom fiscal (ECF); (v) gestão do imposto sobre propriedade de veículos automotivos terrestres (IPVA); (vi) fiscalização de mercadorias em trânsito; (vii) ampliação do atendimento eletrônico ao contribuinte via Web; (viii) orientação ao contribuinte/cidadão; (ix) gestão de benefícios fiscais; (x) gestão da legislação tributária estadual; (xi) gestão dos processos administrativo-tributários; e ainda (xii) ampliação da infraestrutura tecnológica de apoio à implantação da nota fiscal eletrônica (NF-e) e do sistema público de escrituração digital (SPED).

- 2.14 **Componente III – Administração Financeira**, incluindo: (i) a implantação do modelo de gestão da execução orçamentária, financeira e patrimonial, integrado com os demais sistemas do Estado e com a rede bancária; (ii) a definição de um modelo de gestão de custos; (iii) a revisão e consolidação da legislação da administração financeira; e (iv) aperfeiçoamento do controle interno .
- 2.15 **Componente IV – Gestão de Recursos Estratégicos**, propiciando: (i) a consolidação do programa de educação fiscal; (ii) a implantação do modelo de gestão de Tecnologia da Informação (TI); (iii) a implantação de metodologia de desenvolvimento de sistemas orientada a serviços (SOA); (iv) a implantação do programa de gerenciamento de talentos e de educação e formação continuada; (v) a implantação de biblioteca física/virtual da SEFAZ; e (vi) a implantação do modelo de comunicação interna da SEFAZ.
- 2.16 Os resultados esperados mais relevantes como consequência da execução do projeto são: (i) aumento da arrecadação proveniente do ICMS e do IPVA; (ii) redução da margem de erro das projeções de receita; (iii) redução do atendimento presencial nas inspetorias; (iv) maior controle da renúncia fiscal; (v) redução do tempo de tramitação do processo administrativo tributário (PAT); (vi) aumento da recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa; (vii) redução do tempo para fechamento mensal dos registros contábeis; (viii) pleno controle da dívida pública do Estado; (ix) redução do tempo de tramitação dos processos na Auditoria Geral do Estado (AGE); e (x) ampliação do programa de capacitação dos servidores da SEFAZ.
- 2.17 Os impactos esperados decorrentes da execução do projeto são: (i) maior efetividade no combate à evasão fiscal nas operações de circulação de mercadorias; (ii) agilidade na abertura de novos negócios com reflexos na economia local; (iii) redução do comércio informal com a ampliação da base de contribuintes; (iv) melhoria do planejamento e execução financeira do Estado; (v) fortalecimento da relação entre o fisco e o contribuinte; (vi) melhoria da qualidade do processo decisório; (vii) melhoria do clima organizacional; e (viii) fortalecimento da imagem institucional da SEFAZ/RJ.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A SEFAZ/RJ conta com uma equipe de servidores para a preparação e execução do projeto, com experiência adquirida na execução do Programa Nacional de Apoio a Administração Fiscal dos Estados (PNAFE), que tem participado dos grupos temáticos que visam compartilhar soluções técnicas no âmbito da administração fazendária. Entretanto, verificou-se a necessidade de capacitação em temas relacionados a gerenciamento de projetos, aquisição de bens e contratação de serviços.
- 3.2 A SEFAZ/RJ está desenvolvendo as soluções para adoção do SPED, da Nota Fiscal Eletrônica e do Cadastro Sincronizado Nacional com recursos contratados junto ao BNDES (R\$15 milhões).
- 3.3 A presente operação é continuação de importantes experiências desenvolvidas pelo Banco no apoio ao processo de modernização na área fiscal e financeira no Brasil: (i) Programa de Modernização da Receita Federal-1995; (ii) Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE-1996); (iii) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM-1999); (iv) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX-2005); (v) Programa

Nacional de Apoio à Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE – 2006); e (vi) Programas de Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia (2003 e 2006).

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios da “Política de Salvaguardas Ambientais do Banco (OP-703)” (ver anexos I – II). Por se tratar de Projeto cujas ações são de natureza administrativa fiscal não haverá riscos de impactos ambientais negativos.

V. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 5.1 O Anexo V detalha o cronograma do Projeto e estabelece as etapas e os requisitos necessários para se alcançar a preparação da Proposta para o Desenvolvimento da Operação (POD) em 30 de setembro de 2009. Para a preparação do Projeto serão necessários recursos de fundos administrativos para a realização de uma missão de identificação, de análise e outra de negociação (US\$28.080) e apoio de consultoria por 40 dias (US\$27.720).

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a “Información Deliberativa” contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la “Política de Acceso al Información” del Banco (Documento GN-1831-28).

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Reform/Modernization of the State	
	Project Type		Investment Loan	
	Additional Operation Details			
	Country		Brazil	
	Project Status		New Operation	
	Investment Checklist		Institutional Development Investment	
	Team Leader		Patrícia Bakaj	
	Project Title		PROFISCO – Rio de Janeiro. Projeto de Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro (PROFAZ)	
	Project Number		BR-L1239	
	Safeguard Specialist(s)		Arcindo Santos	
	Assessment Date		2009-04-02	
	Assessment Number		2009-04025915-2	
	Additional Comments			
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type		Investment Loan	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)		No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items (?)		No potential issues identified	
	Recommended Action		Operation has not triggered any Policy Directives. Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR. <i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	
	Additional Comments			
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:			
	Title			
	Date		2009-04-02	

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Reform/Modernization of the State	
	Project Type		Investment Loan	
	Additional Operation Details			
	Country		Brazil	
	Project Status		New Operation	
	Investment Checklist		Institutional Development Investment	
	Team Leader		Patrícia Bakaj	
	Project Title		PROFISCO – Rio de Janeiro. Projeto de Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro (PROFAZ)	
	Project Number		BR-L1239	
	Safeguard Specialist(s)		Arcindo Santos	
	Assessment Date		2009-04-02	
	Assessment Number		2009-04020149-2	
	Additional Comments			
PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C		Override Rating:	Override Justification:
				Comments:
PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Conditions/Recommendations		<ul style="list-style-type: none"> • Normally no environmental impact assessment studies or consultations are required for Category "C" operations. • Some Category "C" operations may require specific safeguard/monitoring requirements (Policy Directive B.3). These operations will establish safeguard/monitoring requirements for environmental and other risks (social, disaster, cultural, H&S etc.) • The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. 	
			<i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	
SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks		Potential Solutions	
	No issues identified			
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:			Date:
	Comments:			

BRASIL

PROFISCO – RIO DE JANEIRO

**PROJETO DE GESTÃO FAZENDÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PROFAZ/RJ)
(BR-L1239)**

ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAL E SOCIAL

Em relação à questões de salvaguardas ambientais e sociais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco (ver Anexo II), que é consistente com a avaliação da Equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Finanças. Não se espera que o Programa tenha impactos ambientais e sociais negativos.

BRASIL**PROFISCO – RIO DE JANEIRO****PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PROFAZ)
(BR-L1239)****ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES**

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	1. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal.	Concluído	IDBDOCS1968241
	2. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados.	Concluído	IDBDOCS1968264
	3. Relatório de Gestão Fiscal SEFAZ/RJ 2008.	Concluído	IDBDOCS1968275
	4. Carta-consulta PMAE/BNDES.	Concluído	IDBDOCS1968298
	5. Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro	Concluído	IDBDOCS1968309
	6. Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – STN Anexos I a V.	Concluído	IDBDOCS1968312
	7. Relatório de Encerramento do PNAFE/RJ (PCR).	Concluído	IDBDOCS1968317
Análise de risco.	Aplicação da metodologia de análise de risco com participação dos órgãos envolvidos no Projeto.	Concluído	IDBDOCS2009344
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle.	Proposta de mecanismo de execução do projeto incluindo: (i) descrição da estrutura organizacional vinculada à execução do Projeto; (ii) atribuições e competências da unidade executora; (iii) gestão financeira e auditoria; (iv) aspectos orçamentários; e (v) apropriação institucional dos resultados do Projeto.	01 de julho de 2009	
Análise financeira do Projeto.	Quadros demonstrativos dos ganhos financeiros em produtos selecionados. Relatório da análise financeira do Projeto.	01 de julho de 2009 01 de julho de 2009	
Atores-chave e questões políticas.	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de atores-chave na execução do Projeto	N/A	
Plano de Ações e Investimento (PAI) do Projeto.	Detalhamento das atividades e orçamento do Projeto.	01 de julho de 2009	

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
Linha de base para o Marco de Resultados.	Será definida uma metodologia para a coleta de dados que permitirá a construção da linha de base e o monitoramento dos resultados prioritários.	01 de julho de 2009	
Marco de Resultados do Projeto.	Detalhamento dos resultados esperados relativos à produtos selecionados.	01 de julho de 2009	

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a “Información Deliberativa” contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la “Política de Acceso al Información” del Banco (Documento GN-1831-28).